

## I - Contexto Operacional:

Nota 1) A Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ) é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com estrutura administrativa e financeira própria, instituída com a participação do Estado de São Paulo, dos Municípios e da Sociedade Civil, conforme consta de sua escritura pública de Constituição.

A AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ tem como princípio organizacional a manutenção de estrutura técnica e administrativa de dimensões reduzidas, com prioridade à execução descentralizada de obras e serviços, os quais serão atribuídos a órgãos e entidades, públicos e privados, seguindo as diretrizes, orientações e normas estabelecidas por meio de Deliberações dos COMITÊS PCJ.

## II - Apresentação das demonstrações:

Nota 2) As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base na Lei nº 11.638/2007 e na Lei nº 11.941/2009 que alteram artigos da Lei nº 6.404/76 e, nas Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), tais como a Resolução CFC nº 1.409/12, NBC T 10.19 (entidade sem finalidade de lucros), Resolução 1.305/10, NBC TG 07 (subvenção e assistência governamentais) e Resolução CFC nº 1.255/09, NBC TG 1.000 (contabilidade para pequenas e médias empresas), Interpretação Técnica Geral – ITG 2002, dentre outras. As demonstrações financeiras também seguem todos os preceitos das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

## III – Formalidade da Escrituração Contábil:

Nota 3) A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

Nota 3.1) Os registros contábeis contêm número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

Nota 3.2) As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no livro “Diário Geral de Contabilidade” da Entidade e, posteriormente, registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

Nota 3.3) A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças que apoiam ou compõem a escrituração contábil.

Nota 3.4) A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

## IV - Resumo das práticas contábeis:

Nota 4) A prática contábil adotada para apuração do resultado segue o regime de competência de exercício para apropriação de receitas e despesas correspondentes.

Nota 5) O balanço patrimonial é composto por: Ativo, Passivo e Patrimônio Social.

Nota 5.1) O Ativo é composto pelos bens e direitos da entidade e é dividido em circulante e não circulante. No ativo circulante estão os ativos de curto prazo (com realização de até 12 meses). No ativo não circulante estão os ativos de longo prazo (com realização superior a 12 meses), imobilizado e sua respectiva depreciação acumulada.

Nota 5.2) O Passivo é composto pelas obrigações da entidade e é dividido em circulante e não circulante. No passivo circulante, estão os passivos de curto prazo (com exigibilidade de até 12 meses). No passivo não circulante estão os passivos de longo prazo (com exigibilidade superior a 12 meses).

Nota 5.3) O Patrimônio Social representa a “situação líquida” da entidade e é composto por:

- Patrimônio Social: investimento inicial da entidade;
- Bens (transferidos do Consórcio PCJ – Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios PCJ): representado pelos ativos imobilizados transferidos pelo Consórcio PCJ para a Fundação Agência das Bacias PCJ;
- Fundos Patrimoniais: composto pelo superávit acumulado referente aos recursos estaduais, conforme previsto no Capítulo IX § 1º do Estatuto Social da Fundação Agência das Bacias PCJ;

Nota 6) Os ativos e passivos da entidade estão registrados em conformidade com seus efetivos valores históricos.

Nota 7) A entidade não possui estoques de qualquer natureza (mercadorias/materiais) na época do encerramento do ano calendário.

Nota 8) O saldo da conta Recursos Estaduais a Receber, no valor de R\$ 263.412,06 (duzentos e sessenta e três mil e quatrocentos e doze reais e seis centavos), é referente aos recursos a receber do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO, com base na arrecadação sobre a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em 2016 a ser repassado à Fundação Agência das Bacias PCJ em 2017.

Nota 9) O saldo da conta Recursos Federais a Receber, no valor de R\$ 466.888,26 (quatrocentos e sessenta e seis mil e oitocentos e oitenta e oito reais e vinte e seis centavos), é referente aos recursos a receber da Agência Nacional de Águas – ANA, com base na arrecadação sobre a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em 2016, a ser repassado a Fundação Agência das Bacias PCJ em 2017.

Nota 10) O saldo da conta Recursos Ecocuenas a Receber, no valor de R\$ 339.099,51 (trezentos e trinta e nove mil e noventa e nove reais e cinquenta e um centavos), são referentes aos recursos a receber do Programa da Comissão Europeia sobre Gestão de Bacias e Mudanças Climáticas (WaterClima), a ser repassado à Fundação Agência das Bacias PCJ em 2017.

Nota 11) Os Contratos/Fornecedores, firmados para a prestação de serviços à Fundação Agência das Bacias PCJ, apresentavam saldos na data do encerramento do exercício, conforme quadro demonstrativo abaixo:

CONTRATOS/FORNECEDORES 2012			
CONTRATO	EMPRESA	VIGÊNCIA	SALDO – R\$
CT 38/2012	FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO E HIDRAULICA – FCTH	28/12/2012 a 27/06/2017	361.752,40
T.A. 38/2012	FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO E HIDRAULICA – FCTH	23/03/2016 a 27/06/2017	249.250,88
CONTRATOS FORNECEDORES 2014			
CONTRATO	EMPRESA	VIGÊNCIA	SALDO – R\$
CT 23/2014	FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO E HIDRÁULICA – FCTH	05/06/2014 a 04/06/2018	2.467.930,47
T.A. 21/2014	FGA CONSULTORIA E SISTEMAS S/C LTDA	25/11/2016 a 25/05/2017	21.572,92
T.A. 40/2014	UNIMED PIRACICABA SOC. COOPERATIVA SERVIÇOS MÉDICOS	11/12/2016 a 10/12/2017	141.723,94
CONTRATOS FORNECEDORES 2015			
CONTRATO	EMPRESA	VIGÊNCIA	SALDO – R\$
CT 13/2015	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO DE PIRACICABA	19/03/2015 a 18/03/2017	15.750,00
CT 14/2015	PONTO OITO ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS LTDA – ME	25/03/2015 a 31/03/2017	38.000,00
CT 27/2015	ONE2UP PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA. – ME	07/08/2015 a 05/01/2017	5.374,62
CT 32/2015	GRÁFICA IGUAÇU LTDA. – ME	25/08/2015 a 24/08/2017	181,40
CT 34/2015	FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS AQUÁTICAS – FUNDESPA	11/09/2015 a 10/05/2017	75.800,00
CT 37/2015	CODASP - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SÃO PAULO	07/10/2015 a 09/03/2017	292.772,80
CT 39/2015	FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO – FESPSP	27/10/2015 a 26/10/2017	550.757,00
CT 40/2015	IX ESTUDOS E PROJETOS LTDA - EPP	11/01/2016 a 10/11/2017	34.916,68
CT 44/2015	IMAGEM GEOSISTEMA E COMÉRCIO LTDA	08/06/2016 a 07/06/2017	190.356,08
T.A. 08/2015	MANIFESTA CERIMONIAL LTDA – ME	19/01/2016 a 18/01/2017	36.758,37
T.A. 15/2015	PAULO EDUARDO STUCCHI DE CARVALHO – ME	13/10/2016 a 12/04/2017	20.176,32
T.A. 17/2015	MAROUN ADVOGADOS ASSOCIADOS	27/04/2016 a 26/04/2017	22.613,40
T.A. 25/2015	IRRIGART ENGENHARIA CONSULTORIA EM RECURSOS HIDRICOS	03/08/2016 a 02/08/2017	1.268.671,38
T.A. 28/2015	EMPRESA FUTURA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA –ME	10/12/2016 a 09/01/2017	7.939,91

T.A. 29/2015	NOVAES ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA – EPP	10/08/2016 a 09/08/2017	849.727,31
T.A. 36/2015	IRRIGART ENGENHARIA CONSULTORIA EM RECURSOS HIDRICOS	23/09/2016 a 22/05/2017	175.000,00
T.A. 42/2015	THM TRANSPORTES LTDA – ME	18/11/2016 a 17/11/2017	20.499,95
<b>CONTRATOS FORNECEDORES 2016</b>			
<b>CONTRATO</b>	<b>EMPRESA</b>	<b>VIGÊNCIA</b>	<b>SALDO – R\$</b>
CT 08/2016	MAPA ADMINISTRADORA DE CONVENIOS E CARTÕES LTDA	05/02/2016 a 04/02/2017	94.636,71
CT 13/2016	ALGAR TELECOM S.A.	25/02/2016 a 24/05/2017	5.761,91
CT 14/2016	CHILLI ORGANIZAÇÃO DE FESTAS E EVENTOS LTDA.	07/03/2016 a 06/03/2017	30.590,37
CT 15/2016	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO DE PIRACICABA	04/03/2016 a 03/03/2018	71.925,00
CT 17/2016	STS ENGENHARIA LTDA	01/04/2016 a 02/04/2017	62.427,76
CT 18/2016	MC PROJETOS DE COMUNICAÇÃO LTDA	01/04/2016 a 31/03/2017	13.500,00
CT 19/2016	COPIADORA E PAPELARIA PIRACICABA LTDA – ME	30/03/2016 a 29/03/2017	8.050,31
CT 20/2016	DA SERRA REFLORESTAMENTO LTDA – ME	14/04/2016 a 13/04/2018	113.600,00
CT 22/2016	GRÁCIA APARECIDA CORREA INFORMATICA – ME	27/04/2016 a 26/04/2017	8.295,00
CT 25/2016	FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA AGRÍCOLA – FUNDAG	09/05/2016 a 08/05/2017	847.052,80
CT 26/2016	REZECON CONTABILIDADE ASSESSORIA LTDA	11/05/2016 a 10/05/2017	16.000,00
CT 27/2016	TUX TECNOLOGIA DE REDES LTDA - EPP	11/05/2016 a 10/05/2017	6.000,00
CT 32/2016	UNIMED PIRACICABA SOC. COOPERATIVA SERV. MEDICOS	01/06/2016 a 31/05/2017	1.080,00
CT 33/2016	ADEMAR CIPOLA – ME	15/06/2016 a 14/06/2017	45.960,00
CT 34/2016	NOVA RC - EDITORA E ARTES GRAFICAS LTDA – EPP	15/06/2016 a 14/06/2017	13.170,00
CT 35/2016	RENOVE CONSULTORIA E ENGENHARIA LTDA – EPP	15/06/2016 a 14/01/2017	231.000,00
CT 36/2016	PROFILL ENGENHARIA E AMBIENTE LTDA E RHAMA CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA	10/08/2016 a 09/11/2018	2.645.621,78
CT 37/2016	AGENCIA TORRES PASSAGENS E TURISMO LTDA	14/07/2016 a 13/07/2017	274.070,43
CT 38/2016	ILUMNA CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA	14/08/2016 a 13/02/2017	5.166,68

CT 39/2016	EVOLUA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA – EPP	27/07/2016 a 26/01/2017	119.518,21
CT 40/2016	TM COMBUSTÍVEIS E SERVIÇOS LTDA	29/08/2016 a 28/08/2017	15.149,05
CT 42/2016	M. GRANZIERA CONSULTORIA LTDA	01/09/2016 a 31/08/2017	66.000,00
CT 48/2016	R.A.S.A. RACIONALIZA ÁGUA, SOLO E AMBIENTE	01/12/2016 a 15/01/2017	15.500,00
CT 49/2016	JOB LINE RECURSOS HUMANOS E SERVIÇOS LTDA EPP	26/12/2016 a 25/12/2017	34.000,00
CT 50/2016	FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO – FESPSP	28/12/2016 a 27/08/2017	413.000,00

Nota 12) O imobilizado foi registrado da seguinte forma: Os imobilizados adquiridos pela entidade estão registrados pelo custo de aquisição (ou valor original) e sua depreciação se dá utilizando-se do método linear, baseado em sua vida útil estimada.

Nota 13) Em atendimento ao princípio da competência foram realizados pagamentos em 2016, provisionados até a data de 31/12/2015, na esfera federal, no montante de R\$ 434.090,75 (quatrocentos e trinta e quatro mil e noventa reais e setenta e cinco centavos), que representaram compromissos financeiros com fornecedores, impostos, salários a pagar, estágios a pagar, aluguéis a pagar, condomínios a pagar e férias a pagar assumidos no exercício social de 2015, mas que saíram das contas bancárias da Fundação Agência das Bacias PCJ no exercício Social de 2016, ou sairão posteriormente no caso das férias a pagar e encargos s/ férias, conforme demonstrado abaixo:

<b>Valores Provisionados em 2015 com Pagamentos em 2016 – Federal</b>	<b>Valor em R\$</b>
AGENCIA TORRES PASSAGENS E TURISMO	598,40
AUDIMAXI AUDITORIA LTDA	2.298,33
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS	10.359,13
FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO DE HIDRAULICA	126.098,63
TORREFAÇÕES NOIVACOLINENSES LTDA	83,88
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO DE PIRACICABA	2.970,00
MANIFESTA CERIMONIAL LTDA ME	36.758,33
PAULO EDUARDO STUCCHI DE CARVALHO - ME	4.800,00
SALARIOS A PAGAR	54.237,00
ESTÁGIOS A PAGAR	1.710,00
INSS S/ TERCEIROS A RECOLHER	803,19
IRRF S/ TERCEIROS A RECOLHER	11.768,42
ISSQN S/ TERCEIROS A RECOLHER	169,23
RETENÇÃO 4,65%	36.539,86
ALUGUEIS A PAGAR	8.210,77
CONDOMÍNIOS A PAGAR	5.678,28
FÉRIAS A PAGAR	131.007,30
<b>TOTAL</b>	<b>434.090,75</b>

Nota 13.1) Ainda em atendimento ao princípio da competência foram provisionados até a data de 31/12/2016, na esfera federal, o montante de R\$ 301.607,81 (trezentos e um mil e seiscentos e sete reais e oitenta e um centavos), os quais representam compromissos financeiros com fornecedores, impostos, salários a pagar, aluguéis a pagar e férias a pagar assumidos no exercício social de 2016, mas que sairão das contas bancárias da Fundação Agência das Bacias PCJ no exercício Social de 2017 ou, posteriormente, no caso das férias a pagar e encargos s/ férias, conforme demonstrado abaixo:

<b>Valores Provisionados em 2016 com Pagamentos em 2017 – Federal</b>	<b>Valor – R\$</b>
AUDIMAXI AUDITORIA LTDA	2.540,58
ONE2UP PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA	2.698,20
THM – TRANSPORTES LTDA	464,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO DE PIRACICABA	10.883,75
MOTORCLIMA – MECÂNICA DE AUTOS LTDA	1.255,00
MANIFESTA CERIMONIAL LTDA ME	36.758,33
PAULO EDUARDO STUCCHI DE CARVALHO - ME	4.800,00
ALGAR MULTIMIDIA S/A	1.314,00
DA SERRA REFLORESTAMENTO LTDA ME	14.200,00
SALARIOS A PAGAR	49.512,00
INSS S/ TERCEIROS A RECOLHER	899,53
IRRF S/ TERCEIROS A RECOLHER	9.761,44
ISSQN S/ TERCEIROS A RECOLHER	210,20
RETENÇÃO 4,65%	30.195,68
ALUGUEIS A PAGAR	5.353,90
RESSARCIMENTO DESPESAS DE VIAGEM A PAGAR	823,57
FÉRIAS A PAGAR	129.937,63
<b>TOTAL</b>	<b>301.607,81</b>

Nota 14) Em atendimento ao princípio da competência foram provisionados valores em 2015, na esfera estadual, no montante de R\$ 180.393,43 (cento e oitenta mil e trezentos e noventa e três reais e quarenta e três centavos), os quais representaram compromissos financeiros com fornecedores de mercadorias e serviços, salários a pagar, impostos e encargos sociais, tarifas bancárias, férias a pagar e encargos sobre férias a pagar, assumidos no exercício social de 2015, mas que saíram das contas bancárias da Fundação Agência das Bacias PCJ no exercício Social de 2016, ou sairão posteriormente no caso das férias a pagar e encargos s/ férias, conforme demonstrado abaixo:

<b>Valores Provisionados em 2015 com Pagamentos em 2016 - Estadual</b>	<b>Valor – R\$</b>
MAROUN ADVOGADOS ASSOCIADOS	4.115,00
REZECON CONTABILIDADE	3.601,73
MIRIAN BORGES DA SILVA ME	118,00
SALARIOS A PAGAR	8.845,00
INSS A PAGAR	33.670,46
FGTS A PAGAR	11.378,42
PIS S/ FOLHA A PAGAR	1.468,17

IRRF S/ RENDIMENTOS	28.163,86
TARIFAS BANCARIAS A PAGAR	20.752,80
FÉRIAS A PAGAR	15.743,31
ENCARGOS S/ FÉRIAS A PAGAR	52.536,68
<b>TOTAL</b>	<b>180.393,43</b>

Nota 14.1) Valores provisionados em 2016, na esfera estadual, no montante de R\$ 238.966,37 (duzentos e trinta e oito mil e novecentos e sessenta e seis reais e trinta e sete centavos), os quais representam compromissos financeiros com fornecedores de mercadorias e serviços, salários a pagar, estágios a pagar, impostos e encargos sociais, aluguéis a pagar, condomínio a pagar, tarifas bancárias, férias a pagar e encargos sobre férias a pagar, assumidos no exercício social de 2016, mas que sairão das contas bancárias da Fundação Agência das Bacias PCJ, no exercício Social de 2017, ou, posteriormente, no caso das férias a pagar e encargos s/ férias conforme demonstrado abaixo:

<b>Valores Provisionados em 2016 com Pagamentos em 2017 - Estadual</b>	<b>Valores em Reais</b>
COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ	153,05
MAROUN ADVOGADOS ASSOCIADOS	4.522,68
REZECON CONTABILIDADE ASSESSORIA	4.000,00
UNIMED PIRACICABA SOC. COOP. SERV. MED.	8.492,06
VALOR ECONOMICO	770,40
SALARIOS A PAGAR	15.674,00
ESTÁGIOS A PAGAR	2.665,00
INSS A PAGAR	36.156,07
FGTS A PAGAR	12297,73
PIS S/ FOLHA A PAGAR	1.537,20
IRRF S/ RENDIMENTOS	33.895,26
ALUGUÉIS A PAGAR	2.930,00
CONDOMÍNIOS A PAGAR	5.415,60
TARIFAS BANCARIAS A PAGAR	23.966,50
FÉRIAS A PAGAR	29.435,46
ENCARGOS S/ FÉRIAS A PAGAR	57.055,36
<b>TOTAL</b>	<b>238.966,37</b>

Nota 15) Férias a Pagar e Encargos: Foram “provisionados” com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do levantamento do balanço patrimonial.

Nota 16) A conta Recursos Federais (ANA) é uma Receita Diferida e representa toda a entrada de recursos federais (ANA) oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Do total arrecadado, juntamente com os rendimentos financeiros, a entidade pode utilizar até 7,5% (sete e meio por cento) para custeio operacional. O saldo restante de 92,5% (noventa e dois e meio por cento) é dividido entre Ações de Apoio, Repasse para os Empreendimentos contratados e o Plano de Aplicação Plurianual 2013-2016. Ressalta-se que a Resolução ANA nº 2018, de 15 de dezembro de 2014, estabelece que os recursos arrecadados e os respectivos rendimentos financeiros não utilizados no exercício financeiro poderão ser utilizados no exercício subsequente, observada a limitação ora mencionada.

**COBRANÇA FEDERAL - 2016**

<b>Meses</b>	<b>Arrecadação 2016 – R\$</b>	<b>Rendimentos Financeiros 2016 – R\$</b>	<b>Limite p/ Custeio 2016 (7,5%) – R\$</b>
<b>Janeiro/16</b>	78.620,19	452.064,77	39.801,37
<b>Fevereiro/16</b>	82,93	485.910,40	36.449,50
<b>Março/16</b>	2.273.313,11	435.237,39	203.141,29
<b>Abril/16</b>	323.604,86	516.819,63	63.031,84
<b>Mai/16</b>	2.621.278,82	452.410,28	230.526,68
<b>Junho/16</b>	782.235,94	490.306,43	95.440,68
<b>Julho/16</b>	137.654,54	467.151,87	45.360,48
<b>Agosto/16</b>	1.415.950,31	472.741,62	141.651,89
<b>Setembro/16</b>	766.876,55	514.442,20	96.098,91
<b>Outubro/16</b>	806.473,28	430.747,94	92.791,59
<b>Novembro/16</b>	755.441,18	451.062,82	90.487,80
<b>Dezembro/16</b>	428.497,26	442.466,58	65.322,29
<b>Total</b>	<b>10.390.028,97</b>	<b>5.611.361,93</b>	<b>1.200.104,32</b>

Nota 17) O valor utilizado pela entidade para custeio federal (7,5%) foi de R\$ 1.366.708,54 (um milhão e trezentos e sessenta e seis mil e setecentos e oito reais e cinquenta e quatro centavos), sendo que nesse valor para essa finalidade (custeio) não foi considerado o valor da depreciação dos bens transferidos do Consórcio PCJ no montante de R\$ 12.729,26 (doze mil e setecentos e vinte e nove reais e vinte e seis centavos), conforme quadro abaixo:

<b>DESPESAS DE CUSTEIO FEDERAL</b>	
<b>Discriminação das Despesas</b>	<b>Valor – R\$</b>
<b>Despesas Trabalhistas</b>	<b>848.405,52</b>
<b>Despesas Gerais</b>	<b>472.969,79</b>
<b>Despesas Tributárias</b>	<b>26,20</b>
<b>Depreciação Bens Fundação</b>	<b>45.307,03</b>
<b>Depreciação Bens Transferidos do Consórcio</b>	<b>12.729,26</b>
<b>SUB –TOTAL (DSD)</b>	<b>1.379.437,80</b>
<b>(-) Depreciação Bens Transferidos do Consórcio</b>	<b>12.729,26</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.366.708,54</b>

Nota 17.1) Ressalta-se que na nomenclatura “despesas trabalhistas” estão inclusos apenas os valores dos salários, férias e 13º salário, pois os encargos sociais (INSS, FGTS e PIS sobre folha de pagamento), incidentes sobre esses salários, são pagos através dos recursos financeiros estaduais.

Nota 17.2) Para cobrir o custeio administrativo do exercício 2016, a Fundação Agência das Bacias PCJ utilizou o saldo de R\$ 376.973,55 (trezentos e setenta e seis mil e novecentos e setenta e três reais e cinquenta e cinco centavos), referente ao exercício de 2015, além de R\$ 989.734,99 (novecentos e oitenta e nove mil e setecentos e trinta e quatro reais e noventa e nove centavos) referente ao limite de custeio de 2016. Assim, para o exercício 2017, estará disponível o valor de R\$ 210.369,31 (duzentos e dez mil e trezentos e sessenta



e nove reais e trinta e um centavos), tendo em vista a não utilização no exercício 2016. Destaca-se que a arrecadação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos apresentou queda de aproximadamente 40% em relação ao exercício de 2015 devido ao pagamento parcial da Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo – Sabesp, referente à transposição do Sistema Cantareira, bem como aumento da inadimplência dos demais usuários.

Nota 17.3) As Certidões Negativas de Débitos, em relação aos recolhimentos dos encargos sociais, são partes integrantes desses relatórios.

Nota 18) A conta provisão para contingências, no valor de R\$ 435.203,64 (quatrocentos e trinta e cinco mil e duzentos e três reais e sessenta e quatro centavos), foi criada em 2015 devido à entidade delegatária entender necessária a constituição de provisão para contingências, considerando que o Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011, terá vigência até 31 de dezembro de 2020, podendo ser encerrado antes mediante a instituição de uma nova Agência de Água nas Bacias PCJ. Assim, visando evidenciar essa possibilidade de não renovação ou mesmo o encerramento de forma antecipada, justifica-se a constituição dessa provisão para contingências, em relação às verbas indenizatórias que seriam devidas no caso das rescisões contratuais de seus colaboradores. O valor foi constituído através da sobra de custeio administrativo (7,5%). Tal provisão foi constituída em conformidade com o que determina a norma NBC TG 25, especificamente no seu item 72.

Nota 19) Ações de apoio são recursos de investimento (inclusive no percentual de 92,5% dos recursos federais) aprovados pelos Comitês PCJ para a execução de atividades específicas das quais a Fundação Agência das Bacias PCJ é a própria contratante e executante.

Nota 20) A conta empreendimentos contratados refere-se aos valores de investimento oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos (inclusive no percentual de 92,5% dos recursos federais) repassados pela Fundação Agência das Bacias PCJ aos tomadores diversos para a execução dos empreendimentos previamente aprovados pelos Comitês PCJ, com acompanhamento e autorização da Caixa Econômica Federal, agente técnico financeiro.

Nota 21) Em 2012, os Comitês PCJ aprovaram o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) das bacias PCJ, sendo definidos, para o período de 2013 a 2016, investimentos (inclusive no percentual de 92,5% dos recursos federais), com origem na cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União. As ações foram contratadas pela Fundação Agência das Bacias PCJ no período de abrangência do plano.

Nota 22) O projeto EcoCuencas foi aprovado em 2014 pelo Programa da Comissão Europeia sobre Gestão de Bacias e Mudanças Climáticas (WaterClima) e tem como objetivo melhorar a gestão das bacias hidrográficas, implementando mecanismos de redistribuição financeira, aliados ao desenvolvimento sustentável. No mês de junho de 2015, a Agência das Bacias PCJ assegurou, por meio da assinatura de um Contrato de Consórcio, a sua participação no projeto em conjunto com o Ecologic Institute (Alemanha), Asconit (França), Senagua (Equador), Irager (Peru), Corporación Cuenca Verde (Colômbia), Autoridad Nacional del Agua (Peru) e Rede Brasil de Organismos de Bacia (Brasil). Para a ação que abordará temas relacionados à governança, planejamento, financiamento e sistemas de informações que serão disponibilizados à Agência das Bacias PCJ, em 36 meses, 197.300 euros pela Comissão

Europeia e 75.000 euros corresponderão a contrapartida da Agência das Bacias PCJ, sendo que esses recursos serão provenientes do custeio administrativo. Tais recursos poderão ser utilizados para custear contratação de prestação de serviços de consultoria e assessoria, salários de colaboradores técnicos e administrativos, além de viagens e diárias internacionais. O reconhecimento contábil de tal transação foi realizado através de uma rubrica no ativo denominada “Recursos Ecocuenas a Receber” de igual contrapartida no passivo nomeada “Receita Diferida - Ecocuenas”. Em outubro de 2015, foi firmado contrato de prestação de serviços com a empresa Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo – FESPSP utilizando o montante a ser repassado pelo Projeto EcoCuenas, reconhecido em conta do passivo “Projeto Ecocuenas”. No exercício de 2016, foi repassado à Fundação Agência das Bacias PCJ pela Comissão Europeia o montante de R\$ 365.991,50 (trezentos e sessenta e cinco mil e novecentos e noventa e um reais e cinquenta centavos), e apresentou uma variação Projeto EcoCuenas a realizar de R\$ 53.093,43 (cinquenta e três mil e noventa e três reais e quarenta e três centavos). Ainda em 2016 foi realizado pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo – FESPSP, prestação de serviço referente ao Projeto EcoCuenas no montante de R\$ 352.123,00 (trezentos e cinquenta e dois mil e cento e vinte e três reais), além de despesas financeiras (tarifas bancárias e IOF) referentes ao projeto no montante de R\$ 2.054,27 (dois mil e cinquenta e quatro reais e vinte e sete centavos). No encerramento do exercício de 2016 o saldo a ser realizado pelo Projeto EcoCuenas, apresentava o montante de R\$ 468.717,31 (quatrocentos e sessenta e oito mil e setecentos e dezessete reais e trinta e um centavos), reconhecido em conta do passivo “Projeto Ecocuenas”, saldo esse que apresentou variação no fechamento das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016, de R\$ 129.617,80 (cento e vinte e nove mil, seiscentos e dezessete reais e oitenta centavos), reconhecida em conta redutora do passivo denominada “(-/+) Variação/Supressão - Projeto Ecocuenas a Realizar”.

Nota 23) As Receitas da Fundação Agência das Bacias PCJ são reconhecidas em conformidade com a Resolução CFC nº 1409/12 a Resolução CFC nº 1.305/10, NBC TG 30 – Receitas e NBC TG 1.000, e encontram-se evidenciadas na **Demonstração de Superávit ou Déficit**;

Nota 23.1) As receitas são subdivididas em Federais (ANA), Estaduais (FEHIDRO), Estaduais (Secretaria Executiva dos Comitês) e Projeto EcoCuenas conforme quadros demonstrativos abaixo:

<b>Receitas Federais</b>	<b>Valor – R\$</b>
Receitas Transferência Federal (repasses)	11.265.865,55
Receitas Transferência Federal (custeio)	1.366.708,54
Receitas Transferência Federal (Ações de Apoio)	1.108.143,82
Receitas Transferência Federal (PAP)	9.528.281,86
<b>Total das Receitas Federais</b>	<b>23.268.999,77</b>

<b>Receitas Estaduais</b>	<b>Valor – R\$</b>
Receitas Transferência Estadual (FEHIDRO)	1.570.654,18
Receitas Financeiras (Aplicação FEHIDRO)	432.602,92
Receitas Transferência Estadual (Secretaria Executiva Comitês)	36.890,37
<b>Total das Receitas Estadual</b>	<b>2.040.147,47</b>

<b>Receitas EcoCuencas</b>	<b>Valor – R\$</b>
Receita Projeto EcoCuencas	309.033,27
<b>Total das Receitas EcoCuencas</b>	<b>309.033,27</b>

Nota 23.2) Os recursos de origens estaduais (FEHIDRO) são estritamente para custeio, sendo repassado para a Agência das Bacias PCJ o valor correspondente a 10,00% (dez por cento) do que é arrecadado com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio estadual, de acordo com a Lei Estadual nº 10.020/98. Esses recursos de origem estadual são atribuídos como receita ao fim de cada mês, com base na arrecadação realizada.

Nota 23.3) Outra fonte de recurso estadual é o recurso oriundo do FEHIDRO/Royalties/compensação financeira do setor elétrico, com a finalidade de custear a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ.

Nota 23.4) Os recursos de origens federais (ANA) são originários da arrecadação com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União e são integralmente repassados para a Agência das Bacias PCJ. São divididos em Custeio (7,5%) e Investimentos (92,5%), conforme Contrato de Gestão nº 003/11 celebrado com a Agência Nacional de Águas (ANA), visando o exercício de funções de competência de Agência de Água.

Nota 23.5) Os recursos de origem do Projeto EcoCuencas são aportados pela Comissão Europeia, sendo que a Fundação Agência das Bacias PCJ deverá respeitar as normas para adjudicação de contratos pelos beneficiários de subvenções no marco das ações exteriores da União Europeia quando utilizar tais recursos financeiros.

Nota 23.6) Tanto os recursos destinados à Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, quanto os recursos federais, e também os recursos do Projeto EcoCuencas, são contabilmente reconhecidos como RECEITAS DIFERIDAS, ou seja, uma receita de realização futura no Passivo Não Circulante.

Nota 23.7) A realização da receita se dá de forma sistêmica e racional. De acordo com a resolução CFC nº 1.305/10, em seu item 12:

“É fundamental, pelo regime de competência, que a receita de subvenção governamental seja reconhecida em bases sistemáticas e racionais, ao longo do período e confrontada com as despesas correspondentes. Assim, o reconhecimento da receita de subvenção governamental no momento de seu recebimento somente é admitido nos casos em que não há base de alocação da subvenção ao longo dos períodos beneficiados.”

Ainda:

“Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo deve ser em conta específica do passivo.”

Resumidamente, os recursos repassados e a repassar para a Fundação Agência das Bacias PCJ, tanto de origem federal como estadual, figuram pelas contas patrimoniais, e são apropriadas ao resultado (reconhecimento como receita e despesa) à medida que ocorrer sua realização;

Nota 24) As despesas da entidade são apuradas através de documentos idôneos (Notas Fiscais e Recibos) em conformidade com as exigências legais/fiscais. São divididas em:

- a) Custeio (federal e estadual);
- b) Ações de Apoio;
- c) Repasses;
- d) Plano de Aplicação Plurianual;
- e) Secretaria Executiva Comites PCJ.

f) Projeto EcoCuencas

Nota 25) Os recursos da Fundação Agência das Bacias PCJ foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, e respeitando as deliberações dos Comitês PCJ e os limites para custeio.

Nota 26) O superávit do exercício de 2016 foi de R\$ 374.789,29 (trezentos e e setenta e quatro mil e setecentos e oitenta e nove reais e vinte e nove centavos) e serão alocados no patrimônio da entidade da seguinte forma:

- a) Dedução de R\$ 12.729,26 (doze mil e setecentos e vinte e nove reais e vinte e seis centavos), referente à despesa de depreciação, que será alocado na conta Bens (transferidos do Consórcio PCJ);
- b) Superávit de R\$ 387.518,55 (trezentos e oitenta e sete mil e quinhentos e dezoito reais e cinquenta e cinco centavos), será alocado na conta FUNDO PATRIMONIAL, conforme previsto no Capítulo IX § 1º do Estatuto Social da Fundação Agência das Bacias PCJ;

Descrição	Valores em Reais
Bens (transferidos do Consorcio PCJ) – Patrimônio Líquido	(12.729,26)
Fundo Patrimonial	387.518,55
Superávit exercício 2016	374.789,29

Nota 27) A ANA estabeleceu, através da Resolução nº 2019/2014, procedimentos a serem adotados pelas entidades delegatárias de funções de Agências de Água, para a seleção e recrutamento de pessoal. No artigo 2º considera-se como pessoal os dirigentes e empregados remunerados com recursos da cobrança federal através do Contrato de Gestão ANA nº 003/2011. Os dirigentes são indicados e nomeados, enquanto os empregados devem ser contratados a partir da realização de processo de seleção. Ainda cabe destacar que, no artigo 6º, comenta-se sobre a possibilidade de aproveitamento de empregados da entidade delegatária anterior.

Nesse sentido, cabe esclarecer que a Agência das Bacias PCJ está cumprindo com os dispositivos estabelecidos pela Resolução nº 2019/2014, já que remunera somente os salários líquidos dos 03 (três) dirigentes nomeados, 03 (três) coordenadores oriundos do Consórcio PCJ e 06 (seis) funcionários permanentes contratados a partir de Concurso Público.

Assim, no intuito de se adequar e cumprir rigorosamente as condições determinadas, a Diretoria da Agência das Bacias PCJ decidiu realizar, a partir da competência novembro de 2016, tanto o pagamento dos salários líquidos quanto dos encargos sociais e trabalhistas do Coordenador de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos e do Assessor de Comunicação com recursos advindos da cobrança estadual paulista pelo uso de recursos hídricos. Ressalta-se que, ainda no exercício de 2016, a entidade ressarciu a conta do Contrato de Gestão ANA com os valores referentes aos salários líquidos da competência janeiro de 2016 dos empregados ora mencionados no montante de R\$ 83.030,00 (oitenta e três mil e trinta reais), transferido em 28 de dezembro de 2016 da conta corrente Banco do Brasil para conta corrente Caixa Econômica Federal, também ocorrendo nesta data a transferência de R\$ 82.177,92 (oitenta e dois mil e cento e setenta e sete reais e noventa e dois centavos) entre despesa de salários federal para a despesa com salários estadual. Ainda foi realizada a transferência entre despesas federais para despesas estaduais no valor de R\$

11.433,96 (onze mil e quatrocentos e trinta e três reais e noventa e seis centavos) referentes às férias a pagar provisionadas durante o período aquisitivo de 2016 e R\$ 8.640,73 (oito mil e seiscentos e quarenta reais e setenta e três centavos) de 13º salário do mesmo período, totalizando um montante transferido de R\$ 102.252,61 (cento e dois mil e duzentos e cinquenta e dois reais e sessenta e um centavos).

Nota 28) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

Nota 28.1) A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC nº 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Nota 28.2) O Método adotado na elaboração da DFC foi o DIRETO, onde é discriminado abaixo os valores efetivamente recebidos em 2016, bem como os pagamentos efetuados.

<b>Movimentação Financeira – Federal 2016</b>	
<b>Saldo Inicial em 01/01/2016</b>	<b>70.767.939,83</b>
(+) Recursos Recebidos - 2016	12.202.286,47
(+) Rendimentos Financeiros - 2016	5.611.061,93
<b>(=) Sub Total</b>	<b>88.581.288,23</b>
(-)Desembolsos Custeio Federal - 2016	1.343.372,95
(-)Desembolsos Repasses Empreendimentos -2016	11.265.355,55
(-)Desembolsos Ações de Apoio - 2016	1.107.011,09
(-)Desembolsos Plano Aplicação Plurianual - 2016	9.633.261,56
(-) Desembolsos Aquisições de Ativo - 2016	165.053,00
<b>Saldo Final em 31/12/2016</b>	<b>65.067.234,08</b>

<b>Movimentação Financeira – Estadual 2016</b>	
<b>Saldo Inicial em 01/01/2016</b>	<b>4.063.155,51</b>
(+) Recursos Recebidos Custeio - 2016	1.498.321,14
(+) Recursos Recebidos – Secr. Exec. Comitês 2016	68.422,69
(+) Rendimentos Financeiros Custeios – 2016	432.602,92
(+) Rendimentos Financeiros Secr. Executiva 2016	105.584,24
<b>(=) Sub Total</b>	<b>6.168.086,50</b>
(-)Desembolsos Custeio Estadual - 2016	1.557.314,58
(-)Desembolsos Secretaria Exec. Comitês - 2016	40.571,63
<b>Saldo Final em 31/12/2016</b>	<b>4.570.200,29</b>

<b>Movimentação Financeira – EcoCuencas 2016</b>	
<b>Saldo Inicial em 01/01/2016</b>	<b>0,00</b>
(+) Recursos Recebidos Projeto EcoCuencas - 2016	365.991,50
<b>(=) Sub Total</b>	<b>365.991,50</b>
(-)Desembolsos Projeto EcoCuencas - 2016	354.177,27
<b>Saldo Final em 31/12/2016</b>	<b>11.814,23</b>

Nota 29) Doações/Garantias de Contrato/Contribuições Recebidas

Nota 29.1) Eventualmente a Entidade recebe doações e/ou contribuições de pessoas jurídicas, conforme previsão no Cap. IX, art. 30 do Estatuto Social da Entidade.

Nota 29) Cobertura de Seguros:

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, atendendo principalmente o princípio contábil de continuidade.

<b>ITEM SEGUADO</b>	<b>COBERTURA</b>	<b>VIGÊNCIA</b>
Empresarial	R\$ 1.200.00,00	25/05/2016 a 25/05/2017
Vida em grupo	R\$ 844.558,51	23/01/2016 a 23/01/2017
Gol EGR-1136	R\$ 80.000,00	21/03/2016 a 21/03/2017
Gol EGR-1303	R\$ 80.000,00	21/03/2016 a 21/03/2017
Polo EZT-1031	R\$ 80.000,00	06/03/2016 a 06/03/2017